

TRANSIÇÃO POLÍTICA E CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA

DEPOIMENTO DE SEVERO GOMES, COM APRESENTAÇÃO
E NOTAS DE PAULO SÉRGIO PINHEIRO

RESUMO

Poucos dias antes de seu desaparecimento, em outubro de 1992, Severo Gomes deu um depoimento sobre o processo de abertura política no Brasil, num curso sobre transição política e autoritarismo, realizado no Departamento de Ciência Política da USP. O texto que aqui se publica, revisado e apresentado por Paulo Sérgio Pinheiro, é a transcrição dessa que viria a ser a última conferência proferida por Severo Gomes.

Palavras-chave: Severo Gomes; transição política.

SUMMARY

A few days before his disappearance in October 1992, Severo Gomes commented on the process of political opening in Brazil, in a course on political transition and authoritarianism, held in the Political Science Department of the University of São Paulo. The text published here was revised and prefaced by Paulo Sérgio Pinheiro, in a transcription of that which would come to be Severo Gomes' last public lecture.

Keywords: Severo Gomes; political transition.

No dia 13 de outubro, de madrugada, um telefonema, foram esperar Severo e Maria Henriqueta no aeroporto e não chegaram. Nenhuma notícia também de dr. Ulisses e de d. Mora, que estavam juntos no helicóptero em que vinham de Angra dos Reis. Podem ter parado numa praia sem comunicação e daqui a pouco vão reaparecer. De manhã as esperanças começaram a desaparecer quando as rádios anunciaram que o corpo do piloto foi encontrado. Logo depois encontram o de Severo e alguns dias depois o de Maria Henriqueta.

Desde esses terríveis dias tento escrever alguma coisa sobre Severo Gomes. Sem êxito. Talvez a saída, me sugere Fernando Millan, seu antigo e mais próximo amigo, sábio e poeta, seja fazer um texto como o próprio Severo¹: com muitas faces, variadas, trepidantes, desconstruídas. No final, o conjunto, insiste Millan, poderá dar uma idéia aproximada do Severo. Se não, impossível dar conta de todas as causas que Severo Gomes abraçou: índios, presos, loucos, pequenos empresários, informática, pecuária, artistas, literatura, intelectuais, moralização da vida pública, comércio internacional, independência da decisão nacional.

(1) Seus amigos Fernando Henrique Cardoso, Alberto Muiyler, Paulo Mendes da Rocha, Pedro Tassinari, Maria Lúcia (a secretária Pingo) de Oliveira e o próprio Millan, entre muitos outros, poderiam contar muito melhor sobre o Severo.

Assim o registro aqui será menos pomposo. E breve. Porque Severo detestava a solenidade. Esquivava-se de qualquer deferência, lugares especiais, precedências. Ao mesmo tempo era delicadamente respeitoso das pessoas e dos momentos que enfrentava com enorme humor e graça. Não havia fronteiras nos territórios onde exercitava seu estilo, no Congresso, na universidade, nas festas, nas visitas humanitárias. Tinha esse dom de deixar qualquer interlocutor à vontade, construindo cumplicidades que se transformavam logo em admiração.

Severo Gomes nasceu em 24 de julho de 1924, em São Paulo, em plena revolução, a cidade ocupada pelos revoltosos e bombardeada pelas forças legalistas. A mãe, d. Maria Augusta, internada, com outras mulheres prestes a dar à luz, à espera na Maternidade São Paulo. Para escapar dos combates o pai, Olivo, e as irmãs, Isabel e Heloisa, iam de casa em casa de parentes. Severo somente pôde ser registrado em 8 de agosto. Tinha dois aniversários: o dia da festa e o dos telegramas pela data oficial.

Ministro da Indústria e Comércio no governo Geisel, logo depois de sua posse, em 1974, no gabinete do ministro, em volta a decisões e discussões penosas: "De qualquer modo é bem melhor estar aqui do que ficar cuidando dos bois, não acha?"

Tinha a maior admiração pela SBPC. Encantado com a possibilidade de logo no começo do governo a reunião anual ter lugar em Brasília. Além dos seminários, essencial organizar uma festa em sua casa, vizinha do ministro da Marinha e de seu amigo, o chanceler Azeredo da Silveira, imediatamente convidados para a festa-baile. Albert Hirschman, professor do Instituto de Estudos Avançados, Princeton, EUA, velho amigo dos brasileiros, olha perplexo para os convivas animadíssimos: "— Mas aquele ali não é o Chico de Oliveira?" "— É ele." "— Mas o Chico não saiu há dias da prisão?" "— Saiu." Hirschman desistia de entender. Severo tinha o maior orgulho do Cebrap e de seus amigos cassados, alguns recém saídos da prisão e torturados: ninguém poderia imaginar que ele iria deixar de convidá-los apenas porque ele era ministro e a repressão os estava perseguindo. Razão a mais.

Nesse tempo, com a participação de Vladimir Murtinho e de Aloisio Magalhães, apoiou com entusiasmo a criação do Centro Nacional de Referência Cultural. O general Geisel, que sinceramente gostava do Severo, achava estranho que a Secretaria de Tecnologia Industrial amparasse um projeto mais para o design, as artes plásticas e o patrimônio, coisas do Severo. Mais estranho ainda quando o Centro apóia um projeto de História da Industrialização em São Paulo, na Unicamp. Aí o general pediu mais detalhes. E o SNI resolveu trancar a ficha de um professor da Universidade de Brasília, Golbery passa uma cópia do dossiê ao ministro. Uma denúncia de que o professor teria um livro russo traduzido na sua gaveta. O ministro propõe ao Golbery que outro professor assumia, com o indicado, a coordenação do projeto. Todas essas providências feitas com muita calma, sem nenhum espanto. Foi graças a essa iniciativa do ministro que se consolidou o Arquivo de História Social Edgar Leuenroth, que Michael Hall e eu criamos em 1972, na Unicamp." — Como estudar industrialização sem

analisar os operários?", sorria o Severo com ar cúmplice. E dali saem dois dos mais belos filmes já feitos sobre a classe operária no Brasil: Libertários, de Lauro Escorel Filho, e Chapeleiros, de Adrian Cooper. Em plena ditadura, um ministro de Estado protegia a história social e das lutas operárias, arrostando censuras, inabalável.

Era outubro de 1975. O general Geisel vai dar a palavra final sobre os contratos de risco de exploração de petróleo. Estamos Carlos Castello Branco, o Castellinho, que encantava Severo, Fernando Millan, Maria Henriqueta. Todos achamos que Severo devia dar o último telefonema para o presidente, quem sabe não ouve o ministro. Nada. Severo ficou a noite inteira andando de um lado para o outro na sala e depois sentou-se, convencido que nada mais havia a fazer. Como aquele sábio zen que avisa o príncipe sobre a invasão da cidade. Avisa uma segunda vez. Nada. O príncipe nada faz. Quando os invasores estão às portas fica sentado sob uma árvore, meditando, pois o príncipe deve assumir as conseqüências de não ouvir os bons conselhos.

Em ocasiões de opção como essa, Maria Henriqueta era uma interlocutora que contava. Questionando, discutindo, com independência crítica. Presente nas discussões incessantes em volta da pequena mesa redonda das reuniões sobre os temas e campanhas de Severo. Criou seu território independente com a ANA, Arte Nativa Aplicada, que impôs de vez ao design nacional a retomada do desenho indígena. Elisa e Maria Augusta, suas filhas, retomaram o legado criativo da ANA e reescreveram com estilo próprio as melhores qualidades de Maria Henriqueta e Severo.

O Severo caiu do ministério. A notícia se espalha. Amigos de todos os lados se abalam para a fazenda Jardim (parte dela com duzentos anos, restaurada por Carlos Lemos) em São José dos Campos, onde o ex-ministro (Severo tinha horror a essa expressão) se refugiara. Já tinham chegado Miguel Lins, Lia Vaz, sua querida cunhada, José Aparecido de Oliveira, Fernando Millan; Otavio Frias de Oliveira, o vizinho e leal amigo, aparece num final de tarde. Dorme-se pouquíssimo, conversa-se noite adentro. Severo animadíssimo como sempre.

Em 1978 Severo é candidato a vice-presidente numa chapa com Magalhães Pinto. Ligo de Washington, EUA, para saber como ia a campanha. "— Perdi meu filho Pedro." "— Como perdeu, ele está perdido em alguma viagem?" "— Não, ele morreu ontem num desastre de automóvel aqui em São Paulo." Diante do desaparecimento de tantos amigos fiéis como Américo Marques da Costa, Cláudio Abramo, Glauco Pinto de Moraes, nos consolava convidando a uma relação de paz com a morte, lembrando tudo que de tão bom eles tinham feito. "Trágico mesmo somente a morte das crianças inocentes, que ainda teriam tanto por fazer", dizia.

Houve em janeiro de 1983 uma rebelião no Manicômio Judiciário de Franco da Rocha. Soldados da polícia militar invadem e matam nove internos e um funcionário. Fernando Gabeira me chama do Rio: "— Não vamos fazer nada?". Ligo para o Severo." — Vou falar com o Teotônio Vilela para formarmos uma comissão e irmos lá." Era o governo Paulo Maluf e

nada garantia que iríamos entrar. Mas, quem sabe, não vão barrar na porta um senador eleito e o professor Antonio Candido. Entramos e devassamos todos os horrores (um psiquiatra diz para Severo, estupefato, que reconhece os esquizofrênicos pelo cheiro...). Severo conversa com os doentes com enorme sensibilidade, sem baixar o humor usual. Alguns dias depois fomos barrados na Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, ainda no governo Maluf. Depois, com Teotônio Vilela, visitamos a prisão de São Bernardo, em Campinas, e os horrores dos xadrezes masmorras: José Gregori descobre crianças presas ali, arma um escarcéu. Estava criada a Comissão Teotônio Vilela², que faz dez anos em março deste ano. Essa longa sobrevivência de um grupo tão diversificado somente foi possível, todos reconhecem, graças ao ecumenismo militante de Severo. Em momentos de grande desânimo nos dizia não ter nenhuma dúvida de que tudo seria ainda pior se não tentássemos fazer algo. Impossível discordar.

Jorge Luis Borges está em São Paulo. O governador Franco Montoro oferece um pequeno jantar no Palácio dos Bandeirantes em homenagem ao escritor. Severo é encarregado de saudar o visitante. Um inspirado discurso sobre o significado de Borges para o jovem, construído através de seus poemas. Vida, morte, a Lua, a literatura. Severo lê poemas com o espanhol fluente de seus primos argentinos e Jorge Luis Borges, cego, suave, recita em voz alta inesperada seus próprios versos. Longos silêncios quando Severo lembra o privilégio de estarmos ali, naquela noite, diante do "Homero de nossos tempos".

Entre os ícones latino-americanos de Severo, ao lado de Borges estava Ernesto Sábato, que visitou também São Paulo. Severo ouviu encantado Sábato revelar sua inveja pela cultura brasileira que tinha o privilégio de ter a contribuição riquíssima dos negros, que faltava aos argentinos. Repetia a frase num seminário sobre a cultura negra que organizou no Senado (talvez o primeiro em toda a história do Congresso). Convidando os dois que ele considerava seus mestres na faculdade de filosofia, Antonio Candido e o agora seu colega no Congresso, Florestan Fernandes. Era sempre tocante ver o antigo aluno, senador, diante dos dois suspender sua permanente irreverência. Essa exceção Severo abria para pouquíssimos, como para Celso Furtado. Em 1991, num lançamento do relatório da Comissão Norte-Sul, no Instituto de Estudos Avançados, na USP, registrava emocionado a suprema dignidade de Celso por tantas décadas.

Severo em 1985 havia submetido, com a ajuda de Cláudia Andujar e seus companheiros da CCPY, Comissão pela Criação do Parque Yanomami, um projeto de lei para esse parque, visando proteger as terras dos Yanomami, invadidas por garimpeiros em busca do ouro. Em março de 1986 o senador vai a um encontro com os Yanomami, no sopé da serra dos Ventos, no km 211 da Perimetral Norte. Lá estão chefes indígenas de catorze comunidades Yanomami de Roraima e dos Macuxi. Mais de cem índios, a maior parte sem entender o português, se reúnem para ouvir Severo. Tendo como intérprete Davi Kopenawa, depois de ouvir vários discursos, o senador, usando um chapéu de macaco aranha, sem camisa, discursa para uma platéia atenta.

(2) José Gregori; Severo Gomes†; Eduardo Matarazzo Suplicy; Hélio Bicudo; Marilena Chaui; Maria Ignês Bierrenbach (atual presidente); João Baptista Breda; Glauco Pinto de Moraes†; Jocélio Drummond; Fernando Gabeira; Margarida Genevois; Maria Helena Gregori; Paulo Malaca; Fernando Millan; Radhá Abramo; Helio Pellegrino†; Maria Tereza Rocha de Assis Moura; Agostinho Duarte de Oliveira; Paulo Sérgio Pinheiro; Emir Sader; Antonio Candido participou durante os anos de 1983 e 1984.

As leis mais antigas do Brasil, e as leis de hoje também, dizem que as terras dos índios são dos índios e os brancos não podem entrar nelas, nem ficar donos dessas terras. No entanto, essas leis estão sendo desobedecidas. Os juízes julgam de acordo com os interesses dos fazendeiros ou dos garimpeiros e não de acordo com a lei. E a polícia, que foi feita para combater o crime, acaba ela mesma praticando o crime, na defesa desses interesses ilegais. [...] Porque os índios não tinham consciência de como defender suas terras e eram enganados pelos fazendeiros, pelos garimpeiros, e aos poucos havia um fato consumado, como aconteceu tantas vezes na história: uma após a outra, tantas tribos foram dizimadas.

Hoje eu estou com muita esperança, porque vi nessa reunião aqui os tuxauas e eles estão com firme vontade de reagir à invasão de suas terras. Mesmo se o projeto de criação do Parque não fosse feito, este Parque passaria a existir no momento em que todos os índios tivessem a consciência de que eles é que vão criar o Parque e defender o Parque. Vocês defendam as suas terras, com as suas flechas, com as suas armas, com a sua coragem, porque vocês têm o direito de defendê-las de toda maneira. E vocês vão encontrar em Brasília, no Congresso Nacional, no Ministério da Justiça e na Presidência da República, vozes que vão aumentar para ajudar a fazer com que esse processo seja pacífico, seja manso, e que seus direitos sejam reconhecidos [...] e espero voltar aqui quando haja outro horizonte, de tranquilidade, de paz, dos direitos dos índios respeitados, coisa elementar da decência de um governo, que tem de agir fazendo respeitar a lei e os direitos de todos os brasileiros, e entre eles os índios Yanomami, Macuxi, e todos os outros³.

(3) Ver "Morre em acidente senador Severo Gomes, autor do projeto para criação do Parque Yanomami". *Yanomami Urgente*, 16.10.92, nº 20, para a descrição do encontro e discurso.

Não há nada na pista. O avião aterrissava no aeroporto de Santiago do Chile vindo de Buenos Aires. No dia da declaração do estado de sítio, depois de um atentado contra o general Pinochet, em setembro de 1986. Não perdemos por esperar, aponta Severo Gomes para duas furgonetas que se aproximavam à toda. Delas saem sessenta agentes policiais, apinhados como num camarote de filme dos irmãos Marx. Sobem às pressas as escadas do avião e ocupam as saídas e o corredor central, em silêncio. Uma parte da delegação internacional que acompanhava um grupo de exilados chilenos tentando voltar ao país, impedidos de descer, fica no avião. "Vão ser nossas piores horas", alerta Severo. Foram cinco, cheias de tensão e provocações, até o avião ser autorizado a regressar a Buenos Aires. Severo tem uma queda de açúcar, trágica por sua diabetes. Conseguimos um copo de coca-cola. Na noite seguinte, no Luna Park, vinte mil pessoas numa reunião do movimento de solidariedade ao Chile saudavam numa ovação o senador brasileiro. No fim da noite, debaixo dos enormes galhos antiquíssimos de um umbu (que Severo teimava, fotos de apoio, que eram figueiras, como na fazenda do sogro, dr. Odone Marsiaj, no Rio Grande do Sul) em frente ao Cemitério da Recoleta, onde se estendem mesas de restaurantes, avançava-se madrugada adentro fazendo o balanço.

Severo ainda iria voltar mais uma vez às terras dos Yanomami, porque as invasões e as ameaças à saúde dos índios se intensificavam. Em 1989, em companhia de dom Luciano Mendes de Almeida, pela CNBB; Carolina Bori, então presidente da SBPC; Barbosa Lima Sobrinho, presidente da ABI; vários parlamentares⁴; empresários; Glauco Pinto de Moraes, pela Comissão Teotônio Vilela; e diversas entidades da sociedade civil, Severo funda a Ação pela Cidadania. Um movimento em defesa do império da lei. Em junho daquele ano vai de novo ao encontro dos Yanomami e na volta, com a Ação pela Cidadania, publica Roraima: o aviso da morte, uma denúncia candente das ameaças aos Yanomami. Muitos anos ainda se passariam, com denúncias e pressões, até que em 25 de maio de 1992, às vésperas da conferência da ONU sobre meio ambiente, no Rio de Janeiro, é afinal homologada a lei que cria o parque Yanomami.

Severo depois que sai do Senado se dedica pacientemente à Ação pela Cidadania. Mobiliza reuniões sobre a situação das crianças. Vai a Xapuri, no Acre, numa comissão com parlamentares de vários partidos, depois do assassinato de Chico Mendes. No final de 1991 volta ao Acre com o presidente da SBPC, Ennio Candotti, para investigar atentados a lideranças das reservas extrativistas. No último dia, é convidado para visitar um leprosário. De noite, Severo relata emocionado o trabalho dedicado dos funcionários e os testemunhos dos doentes.

Num curso sobre transição política e autoritarismo, no Departamento de Ciência Política na USP, José Alvaro Moisés e eu resolvemos convidar Eduardo Muylaert Antunes, que fora secretário da Justiça e da Segurança Pública do governo Montoro, o próprio governador Montoro e Severo para darem depoimentos informais sobre o processo de abertura. No dia 6 de outubro de 1992 liga-me o governador pedindo para adiar a data de seu depoimento. Como o de Severo estava previsto para o dia 14, perguntei se ele aceitava vir no dia seguinte. Às seis e meia em ponto lá chega, na nossa sala de aula na Ciências Sociais, o Severo muito discreto, sem gravata, no seu paletó de tweed bege. Além do Moisés, nossa colega Maria Hermínia Tavares de Almeida ajuda no diálogo. Severo faz sua exposição, responde às perguntas com grande informalidade. Às oito horas sai. Quero levá-lo até a porta. Recusa, diz que conhece o caminho. No dia 8, à noite, Severo liga para minha casa. Fala com Ana Luiza e diz para eu ligar até oito horas pois ia sair para uma festa (sempre as festas...). Mais tarde não adiantava pois Maria Henriqueta e ele iam chegar tarde e viajaríamos na manhã do dia seguinte. Liguei na sexta-feira. Estava em Angra dos Reis. Na volta ligo para ele. Fazia mais de vinte anos que nos falávamos quase todo dia pelo telefone, conversas curtíssimas, pois Severo não gostava de se demorar no telefone. Fiquei sem saber o que queria me dizer.

Graças à dedicação e insistência de minha assistente de pesquisa e aluna Sandra Elias de Carvalho, essa que viria a ser a última conferência de Severo Gomes foi gravada e preservada e depositada no Núcleo de Estudos da Violência, idealizado por ele, e no Instituto de Estudos Brasileiros, IEB, na USP, com a generosidade habitual de José Sebastião Witter. A própria Sandra

(4) Pedro Simon, José Carlos Sabóia, Sigmaringa Seixas, Plínio de Arruda Sampaio, entre muitos outros.

transcreveu a gravação. A muito custo eu ouvi o amigo e revi o texto. Tentei preservar ao máximo a coloquialidade da fala e os complementos vão indicados em colchetes. Após uma breve exposição de abertura, os temas foram suscitados pelos estudantes que participaram intensamente do encontro (que devem aqui ser agradecidos), assim como por meus colegas Moisés e Maria Hermínia, também amigos de Severo Gomes.

José Álvaro Moisés e eu achamos que a revista Novos Estudos, de seus amigos do Cebrap, que Severo Gomes tanto admirava e estimava, é a publicação certa para suas palavras serem lembradas. (Paulo Sérgio Pinheiro)



Gostaria de lembrar que meu papel maior aqui é o de trazer os fatos, recordações, lembranças. De tal modo que vocês possam analisar e tecer as informações a respeito desse período da história do país.

A transição é algo que estava se gestando há muito tempo. Eu começaria a lembrar fatos mais recentes, no começo do governo Geisel⁵. Sem fazer referência aos entrechoques de diferentes grupos nos anos anteriores, mas que estão na origem dos fatos políticos que se desdobraram a partir daí.

Dizia o general Golbery⁶, com aquela sua idéia de abertura "lenta, gradual e segura", que ela tinha perdido a sua grande oportunidade ao tempo do governo Médici⁷, porque no período da vitória do campeonato do mundo, do milagre econômico, certamente poderia fazer eleições, construir uma grande maioria no Congresso e até fazer uma Constituição voltada para seus interesses, mas ele era muito "burrinho". O Golbery [também] não fez, mas assim mesmo esse era o propósito no início do governo Geisel. Lembro que mesmo antes da posse, o general Golbery se reuniu com representantes da CNBB [Conferência Nacional dos Bispos do Brasil], já então muito combativa na época pelos direitos humanos, pela democracia. Logo depois da posse o general Golbery promoveu uma reunião entre ele e a direção do antigo MDB [Movimento Democrático Brasileiro], com o deputado Ulysses Guimarães. Nesse encontro o general Golbery expôs a tese da abertura "lenta, gradual e segura", e pediu a compreensão do grande partido da oposição para que esses passos pudessem ser dados, mas fazendo um cronograma, com eleições, constituinte, até as eleições diretas. Os dois interlocutores ficaram mais ou menos assombrados e se comprometeram a guardar segredo dessa conversa até uma elaboração maior. Lembro que o deputado [Thales] Ramalho perguntava (eu não estava presente, ele é que me contou): "— Deputado Ulysses, mas nem para o dr. Tancredo?" "— Nem para o dr. Tancredo." "— Nem para o dr. Juscelino?" "— Nem para o Juscelino". Eu sei que pouco tempo depois, talvez uns quinze dias, não posso precisar, o deputado Ulysses Guimarães fez aquele famoso discurso de combate ao

(5) O general Ernesto Geisel foi comandante do Comando Militar de Brasília, 1961; chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, 1961 e 1964-7; ministro do Superior Tribunal Militar, 1967-9; presidente da Petrobrás, 1969-73; e presidente da República, 1974-81.

(6) O general Golbery do Couto e Silva foi chefe do Serviço Nacional de Informação, 1964-7; ministro do Tribunal de Contas da União, 1967-9 e chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, 1974-81.

(7) O general Emílio Garrastazu Médici foi chefe do Serviço Nacional de Informação, 1967-9; comandante do III Exército, 1969; e presidente da República, 1969-74.

presidente Geisel e com isso rompendo todo e qualquer entendimento. Eu presumo que o deputado Ulysses Guimarães estivesse tão confiante na penetração do partido, que não via por que negociar, quer dizer, que eles seriam capazes de levar em frente a abertura sem essa negociação.

E talvez ele tivesse alguma razão, porque nas eleições de novembro de 1974 o MDB teve uma grande vitória, quer dizer, aumentou substancialmente sua participação no Congresso, no Senado. Mas de qualquer maneira, havia por parte desse grupo, simbolicamente representado pelo general Golbery, a idéia da democracia relativa, quer dizer, era preciso criar canais de comunicação de entendimento com a sociedade para evitar confrontos que no futuro poderiam ser dramatizados.

É preciso dizer que naquele tempo havia uma parcela importante da luta armada em plena atividade. Então, essa compreensão de que era preciso criar uma representação maior da sociedade existia por parte do general Golbery: acredito que até mais do que por parte do general Geisel. Tanto que nos episódios que levaram o general Golbery a se licenciar [durante o governo Figueiredo]⁸, foi fazer uma operação na vista na Espanha e depois fez uma operação na próstata no Rio de Janeiro, o retrocesso se deu. Sempre se imaginava que a ausência do Golbery, que era odiado pelos militares, sempre enfraquecia a posição de buscar a participação popular e o caminho para uma democracia como ele desejava.

Uma oportunidade tinha sido perdida pelo general Médici. Por não ter tomado uma iniciativa quando a comunicação com a população era muito mais fácil, na medida em que o milagre econômico levava a uma perturbação na capacidade de enxergar corretamente. E também, embora as desigualdades tivessem crescido, uma parcela importante da população começou a apoiar [a abertura]. Lembro que foi nessa época [durante o governo Geisel] que surgiu o sindicalismo de São Bernardo. O general Golbery nos dizia: "Nós precisamos de um grande líder sindical". Na época a revista *IstoÉ* fez uma entrevista de capa com o Lula muito do agrado do general Golbery, que estava em busca desses interlocutores, quer dizer, de um mínimo de organização da sociedade que permitisse reduzir os conflitos.

Abertura e repressão

Esse período era extremamente turbulento porque, na medida em que se falava de abertura, os grupos que eram contrários à abertura não estavam satisfeitos e tinham feito um imenso trabalho para encontrar um presidente que não fosse da linha dessa ideologia Golbery. Eles conspiraram até o último momento: só não tiveram êxito, não porque o general Geisel tivesse a mesma idéia, mas porque o ministro do Exército era irmão do general Ernesto Geisel. Quer dizer, o Orlando Geisel⁹, talvez por razões familiares, conseguiu fazer com que a vaga à Presidência da República fosse preenchida por alguém com um pensamento muito próximo do general Golbery e da

(8) O general João Batista de Oliveira Figueiredo foi chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, 1969-74; chefe do Serviço Nacional de Informação, 1974-8; e presidente da República, 1979-85.

(9) O general Orlando Geisel foi comandante do III Exército, 1966; chefe do Estado-Maior do Exército, 1966-8; chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, 1968-9; e ministro do Exército, 1969-74.

necessidade dessa abertura, evidentemente limitada, tal como eles pensavam (e que seria certamente mais limitada ainda se tivesse sido feita ao tempo do general Médici).

Esse período foi extremamente conturbado, porque se o presidente tinha certas posições, se o Golbery se encontrava com a CNBB para discutir o problema da violência, da tortura, dos assassinatos, esses redobravam, quer dizer, um período extremamente violento e marcado pelo destrocamento da cúpula do Partido [Comunista Brasileiro].

Eu me lembro que o Cebrap foi convocado inteiro para ir ao DOI-Codi¹⁰. Um número muito grande de pessoas que não se imaginava em outros tempos que fossem ser submetidas à prisão... O Chico de Oliveira, o Paul Singer... Houve uma exacerbação da violência, que só será, vamos dizer, refreada no momento que o general Geisel destituiu o comando das Forças Armadas. Havia, até, divergência entre o general Golbery e o general Geisel. Estou contando esses detalhes porque no fundo eu não vim aqui para teorizar a respeito da transição, mas para contar fatos que são importantes para o entendimento desse período.

Quando da primeira insubordinação do general Frota, o ministro do Exército, que era estimulado por todo o grupo da direita, pelo comandante do 4^a Exército, lembro do general Golbery me dizer: "Olha, eu e o general Geisel fomos ao Castelo Branco¹¹ quando saiu o general Costa e Silva¹², que era ministro do Exército, [e ouvi ele] dizer sai o ministro e volta o ministro". O general Frota¹³ estava ressuscitando uma certa sublevação das Forças Armadas para impedir o prosseguimento da abertura.

A demissão do general Ednardo¹⁴

Acho que embora para nós fosse extremamente desagradável o que estava ocorrendo dentro da direita do Exército, estávamos muito insatisfeitos com o general Geisel. Mas olhando [para trás], passado o tempo, ele soube como obter a destituição do general Ednardo. O general Potiguara¹⁵, comandante do 4^o Exército, passou um telegrama ao general Ednardo dizendo que ele tinha que resistir. Dá para ver como naquele tempo essas forças se organizavam e costumavam agir, e como tinham meios para ação. O general Geisel demitiu o Potiguara também. Uma sucessão de acontecimentos foi levando a esse fato fundamental que foi a demissão do general Ednardo. E no dia que o presidente Geisel demitiu o general Ednardo ele me chamou, porque eu era quem fazia mais pressão e dava informação sobre tudo o que acontecia em São Paulo, informações de diferentes tons: desde a respeito de prisões que aconteciam em São Paulo, até [da parte de] dom Paulo Evaristo Arns¹⁶ que entregava relatórios sobre o que estava ocorrendo. E [o general Geisel] me disse: "Olha eu chamei você aqui para dizer que o general Ednardo foi demitido. O general Ednardo saiu porque ele não conseguiu manter seus comandados sob seu comando".

(10) Departamento de Operação e Informação-Comando de Defesa Interna, órgãos de repressão política criados em 1969, no I, II e IV Exércitos.

(11) O marechal Humberto de Alencar Castello Branco foi presidente da República de 1964 a 1967; faleceu em desastre aéreo em 18.7.1967.

(12) O marechal Artur da Costa e Silva foi ministro da Guerra de 1964 a 1967 e presidente da República de 1967 a 1969, ano em que faleceu.

(13) O general Silvio Couto Coelho da Frota foi comandante do I Exército, 1972-4; chefe do Estado-Maior do Exército, 1974; e ministro do Exército, 1974-7.

(14) O general Ednardo Dávila Melo foi comandante do II Exército, com sede em São Paulo, de 1974 a 1976.

(15) O general Moacir Barcelos Potiguara foi comandante do Comando Militar da Amazônia, 1966-7; comandante do IV Exército, 1974-6; e chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, 1976-7.

(16) Dom Paulo Evaristo Arns é cardeal-arcebispo de São Paulo desde 1970.

Eu me lembro quando o general Golbery, depois da minha saída do ministério [da Indústria e Comércio], fui visitá-lo quando ele tinha sido operado no Hospital do Exército. Nós estávamos num período de baixa, o pacote de abril [de 1977]..., um refluxo dos mais conservadores, ele me dizia: "Estamos indo para o lento, gradual e seguro fechamento". Ele estava pessimista com relação aos desdobramentos, mas esses pequenos acontecimentos mostram como é que se jogava internamente, o esforço de avançar ou ceder diante das pressões. Em 1974 nós tivemos aquelas eleições que deram um susto muito grande, onde o MDB teve capacidade de fazer uma máquina muito grande no Congresso e no Senado. E em seguida, sob o governo Figueiredo, o presidente Geisel já tinha eliminado o AI-5, e [feito] uma porção de coisas para impedir um retrocesso.

Mobilização pela Constituinte

Começou a luta pelas diretas e houve um êxito muito grande em termos de mobilização nacional. Estava claro que o país estava mudando, mas como fenômenos como este que acabamos de assistir, da mobilização pelo impeachment, mostram que a sociedade busca se articular, busca ter uma consciência política maior e capacidade de se organizar. Tenho uma sensação de que há uma mudança muito grande na sociedade brasileira, há certos momentos que as coisas acontecem e depois refluem com uma outra energia. Eu me lembro desses tempos em que estive no Senado: muitas vezes freqüentei universidades para debater. E o que a gente sentia era uma apatia muito grande por parte dos estudantes. Incompreensível, porque durante o tempo que freqüentei a universidade havia uma vida política muito intensa. A vida na universidade sempre foi marcada por um debate político muito grande e que [agora] estava nesse nível de apatia, de desinteresse da juventude. E de repente surge uma mobilização como essa que nós acabamos de assistir. Acho que nós estamos diante de grandes mudanças; basta ter uma crise como esta que assombrou o país. Nunca ninguém imaginava que um general podia [agora] ter a fantasia de querer botar ordem na casa, isso era uma coisa aparentemente inacreditável para o presente.

O movimento popular e suas repercussões

Nós tivemos na Assembléia Nacional Constituinte um fenômeno de mobilização, embora fosse, vamos dizer, muito pesado. Os jornais publicavam o voto de cada deputado e foi possível, com todos os defeitos que se possa atribuir a essa Constituição, fazer a melhor Constituição deste país. É preciso lembrar que as pessoas contrárias a essa Constituição foram

combatidas por toda a sociedade brasileira, por todos os grandes jornais. A Assembléia Nacional Constituinte votou pressionada pela opinião pública. Quer dizer, quando um deputado descia na sua base ele era procurado pelos estudantes, por padres, por fazendeiros, militares, empresários, e passava a refletir aquilo que ele sentia como vontade da sua base.

Como foi o caso por exemplo do meu município, São José dos Campos, um dos deputados que representavam [a região] era extremamente conservador e ele votou exemplarmente.

Lá no Congresso, nas diferentes salas das comissões, você passava na porta de uma sala e via lá índios declarando seu grito de guerra, lutando pelos seus direitos, e a Constituição tem um capítulo muito bom sobre os índios, o melhor que já tivemos na história. Você entrava em outra sala e estava lá o triângulo rosa, minorias homossexuais também presentes. Numa outra estavam os militares, na outra o Celso Furtado fazendo uma conferência. Quer dizer, o Brasil inteiro ia lá. Mas não é só isso, nas cidades, nas diferentes localidades as pessoas sentiam que uma coisa importante estava ocorrendo e procuravam os seus parlamentares. Então o parlamentar do qual você não podia esperar muita coisa sofria pressão da sociedade.

O impeachment e as eleições

Agora acontece um processo semelhante, vai se votar em quem é pró-impeachment ou contra-impeachment. Se não houvesse essa mobilização, os deputados ficavam tranquilamente tomando chopinho na cidade, mas nessa ocasião as pessoas vão querer saber deles e o que eles vão fazer. Como nos casos de deputados que quase apanharam e mudaram o voto. Eu não estou defendendo a violência contra o deputado, estou contando como a sociedade reage... Eu acho isso importantíssimo. O problema é que são raros os momentos em que se cria esse clima que consegue mexer com uma massa tão grande de cidadãos.

O fator pré-eleitoral é importante, mas ele não é negativo, quer dizer, é um momento em que a população vai votar, vai manifestar sua opinião. Então o fato de termos uma eleição muito próxima da votação do impeachment acentuou essa consciência de que o deputado tem que estar refletindo os recados dos seus eleitores. Agora você tem uma massa de deputados que fica em cima do muro, que vai votar na segunda chamada, ele sente que existe uma opinião nacional desejando uma coisa, se ele votar contra vai se dar mal. Como aconteceu com as eleições diretas — aqueles que votaram contra as diretas já, 99% não se reelegeram —, quer dizer, ele tem a sensibilidade, ele sabe que se não votar de acordo com a vontade nacional será castigado nas urnas.

O SNI

O SNI, que também era chamado de "Serviço Nacional da Intriga", é criado pelo general Golbery, mas não demorou muito para ele dizer "eu criei um monstro e esse monstro agora está querendo me devorar". Até pela natureza dos diferentes interesses, a corrupção interna levava a isso. O serviço de informações hoje está praticamente desmontado.

Eu acho que todo país tem um serviço de inteligência, mas agora o que aconteceu no Brasil foi que ele se voltou para hostilizar os cidadãos e não para fazer um serviço de inteligência. A doutrina da guerra interna levava o SNI a atuar como polícia. Isso aconteceu na América Latina inteira, eu me lembro que o exército argentino havia sido treinado para combater cidadãos e quando teve que fazer a guerra apanhou, porque só sabia perseguir os cidadãos.

No meu entender o SNI não tem nenhuma capacidade de sobrevivência, até porque o consenso na sociedade é outro.

Transição e controle da violência

Eu acho que a exacerbação da violência vem do fato de haver um projeto de transição, quer dizer, havia inconformados com a abertura, inconformados com a punição dos torturadores: então eles exacerbam desafiando as forças que estão organizadas no comando do país para derrubá-las. Isso durou um tempo maior do que nós imaginávamos. Se o presidente Geisel quando tirou o general Ednardo teve que enfrentar essa conjugação de forças dentro das Forças Armadas, imaginem se ele tivesse feito uma aliança; então ele preferiu avançar.

O número de pessoas que foram levadas para os porões para interrogatório, para tortura, foi tão grande que é difícil encontrar na classe média quem não tivesse um amigo ou um parente que não tivesse sido atingido por esse pentágono.

A demissão do general Frota

A história do general Frota é uma história de altos e baixos. Ele no início tinha até a fama de ser um general moderado. Ele substituiu o general Coutinho¹⁷ que era aqui de São Paulo, e até por isso dizem que a partir daí a repressão começou a agir mais em São Paulo do que no Rio de Janeiro, porque o general Frota era mais *mole*.

Aos poucos ele se torna candidato a presidente da República, e aí começam a aparecer essas forças interessadas na sua permanência. O

(17) O general Dale Coutinho foi comandante do IV Exército, 1971-2; chefe do Departamento de Material Bélico do Exército, 1972-4; e ministro do Exército, 1974.

general Golbery desejava o afastamento do general Frota há mais tempo. Na rebelião do Frota quem age mesmo é o general Hugo Abreu¹⁸, é ele quem vai cercar os comandantes do Exército que chegavam a Brasília para uma reunião. Mas não é que o general Hugo Abreu (depois até escreveu um livro de memórias) se rebelou contra o autoritarismo, que ele quisesse uma linha democrática, é que ele estava achando que a decisão estava sendo retirada do alto comando do Exército para o general Geisel e ele queria que voltasse para o governo. Mas ele encontra a maior dificuldade porque o general Geisel sabia lidar com os militares, generais, coronéis... É uma situação até difícil porque o medo que as pessoas têm dentro desse tipo de formação, de obediência é uma coisa extremamente importante.

(18) O general Hugo Abreu foi chefe do Gabinete Militar da Presidência da República de 1974 a 1978.

A trajetória de Tancredo Neves

É preciso dez historiadores para analisar a trajetória do Tancredo porque ele é um homem que não fala. Ele tinha uma imensa capacidade de articulação, ele jogava até de uma maneira contrária do que se esperava. Mas essa grande capacidade de articulação o levou a se eleger. Ele era capaz de todos os tipos de articulações para dar passos para frente, passos positivos é claro. Mas ele pagava os preços que estavam sendo estipulados, se não fosse assim talvez não desse os passos.

Montoro e as Diretas Já

Havia muito pessimismo com relação à campanha das diretas. Eu me lembro de líderes da oposição dizerem: "Comícios não existem mais"; eu me lembro de reuniões anteriores ao comício.

Eu diria que o maior responsável pelo avanço das diretas foi o governador Montoro¹⁹. Por quê? Porque ele topou fazer o comício, mobilizou também o estado que tem a capacidade de transporte, e tudo mais. Montoro contava com uma opinião muito grande de líderes dentro do PMDB, e então conseguiu dar esse passo, com aquela enorme mobilização.

Mas eu acho que havia grande pessimismo. Se não fosse a iniciativa do Montoro... Foi ele o grande engenheiro do comício [das diretas em 25 de janeiro de 1984].

(19) André Franco Montoro foi governador de São Paulo, por eleições diretas, de 1983 a 1987.

Posições ideológicas no regime militar

Eu acho fundamental [distinguir essas posições]: o autoritário do autoritarismo nacionalista; do outro lado o liberal muito internacionalista,

representado pelo general Golbery. [Deve também ser levada em conta] essa idéia do Guillermo O'Donnell de se pensar nos papéis populistas, em poder estar dos dois lados: quem tem poder para fazer. Vou dar um exemplo: no tempo que eu estava no ministério houve uma reunião do clube dos lojistas — eles representavam a massa dos grandes comerciantes — e eu sugeri ao presidente Geisel ouvir os lojistas para poder negociar. [Sem grande êxito:] se esse grupo consegue algumas reivindicações essas lideranças se consolidam: o clube dos lojistas passaria a ser uma entidade com mais base representativa. Então, esse paternalismo [do governo militar], eu acho que ele existe em todas as facções do Exército e também o paternalismo existe na sociedade civil.

Eu acho que o pensamento corporativista é um pensamento ainda hoje predominante. Esse corporativismo, que é o corporativismo do integralismo, é o contrário de você reconhecer antagonismos na sociedade civil; é impedir que as diferenças da sociedade venham à luz do sol. Isto é parte importante da história brasileira e que até hoje ainda se vê.

A pedagogia das Forças Armadas é limitadora da crítica. A crítica só ocorre dentro dos parâmetros estabelecidos pela hierarquia: eu acho que é muito difícil encontrar um militar que pense de maneira diferente.

A saída do ministério

O que levou à minha saída [do Ministério da Indústria e Comércio, em fevereiro de 1977] foi porque em São Paulo havia um grupo que não se conformava com as atitudes que eu vinha constantemente tomando: em relação aos Direitos Humanos e também [por minha posição contrária] ao retrocesso que se prometia para o pacote de abril.

Mas a minha saída está ligada a fatos anteriores. O general Hugo Abreu, nas memórias dele, dizia: "foi implantado um agente provocador para falar sobre a degradação da revolução, havia comunistas no regime". E [esse agente] continuou me provocando. Aí foi que eu saí. O Golbery me chamou e disse: "Olha, esses relatórios estão criando problemas". Mas eu já tinha pedido demissão para o Geisel fazia uns três meses, mas ele havia pedido para eu aguardar um pouco.

Eu até via as provocações como [vindo de] alguém que estivesse representando o general Potiguara que era o comandante do Estado-Maior das Forças Armadas. Mas o SNI, do jeito que ele funcionava, tinha forças que agiam por conta própria, então fico imaginando que uma facção desse SNI, que estaria articulada com a candidatura Figueiredo, me julgasse extremamente contra e fazia provocações para eu sair.

Recebido para publicação em
janeiro de 1993.

Novos Estudos
CEBRAP
Nº 35, março 1993
pp. 107-120
